



Ricardo Medeiros/Arquivo

**Prejuízos**

Mais de 90% da movimentação nos portos capixabas são voltadas para o exterior

# Não há verbas para adequar portos do ES

**Codesa não terá como cumprir prazo para seguir as exigências internacionais**

KENIA AMARAL

Os portos capixabas que pertencem à Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) não possuem condições financeiras suficientes para se adequarem às exigências de segurança contra o terrorismo, impostas pela Organização Marítima Internacional (IMO), até o dia 1º de julho - quando termina o prazo para que os portos de todo o mundo estejam adaptados.

A informação é da assessoria de comunicação da Codesa e, segundo o órgão, a falta de verbas não é um problema peculiar do Estado, pois atinge o país inteiro. Entretanto, a situação capixaba se agrava muito porque mais de 90% das cargas transportadas nos portos têm como destino o mercado externo.

De acordo com a assessoria da Codesa, só em 2003, foram movimentadas cerca de 6,3 milhões de toneladas de produtos. Caso o Espírito Santo não esteja adequado, o tamanho do prejuízo pode ser imensurável, conforme destacou a assessoria.

Na última semana, repre-

sentantes das sete Companhias Docas subordinadas ao Governo federal estiveram reunidos com o diretor do Departamento de Programas de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes, Paulo de Tarso Carneiro, em Brasília. Durante o encontro, Tarso expôs a situação da União e falou sobre as dificuldades que existem por parte do Governo em ajudar financeiramente os portos brasileiros.

## Caseiras

Por isso, alternativas "caseiras" serão discutidas hoje pela manhã entre o presidente da Codesa no Estado, Henrique Zimmer, o diretor Financeiro da instituição, Maurício Duque, e o diretor de Comercialização e Fiscalização, Dalilo Marçal.

Uma das soluções para a questão seria o aumento das tarifas portuárias. Esse, porém, é um processo lento, já que depende da aprovação dos Conselhos de Atividade Portuária e de Administração - o que pode levar até um ano.

Segundo a assessoria da Codesa, para que o problema fosse solucionado rapidamente, o Governo federal deveria editar uma Medida Provisória permitindo que os portos aumentassem as tarifas entre 1% e 3%, de forma proporcional a cada complexo portuário. Só assim, os ajustes seriam feitos até 1º de julho.